V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LITON LANES PILAU SOBRINHO

HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO

FRANCISCO DE LEÓN LUZARDO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598
Direito, economia e desenvolvimento sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/ Unisinos/URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: Francisco de León Luzardo, Heron José de Santana Gordilho, Liton Lanes Pilau Sobrinho – Florianópolis: CONPEDI, 2016

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-247-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Direito. 3. Economia. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação

As transformações ocorridas na economia mundial têm forte impacto na sociedade, onde o foco para o desenvolvimento sustentável passa a ser o homem e não a natureza. Nesse sentido, as dimensões do desenvolvimento sustentável são a econômica, a social e a ambiental. Na atualidade, o mercado está organizado transnacionalmente, porém o sistema jurídico não alcança este status, ficando sob grande influência do mercado, principalmente mercados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Deve modo, demostrasse a vulnerabilidade dessas economias e as consequências nefastas sobre estes paises. Assim, a tecnologia entra como um elemento revolucionário, que pode trazer um equilibrio para o desenvolvimento e para a proteção ambiental, desde que cuidadosamente utilizada. Os textos elencados trazem uma discussão acerca dos dilemas que vivenciamos na atualidade, alertando sobre as consequências que teremos em uma sociedade de risco.

Este volume se inicia com o artigo denominado:

POSIBLES VINCULACIONES ENTRE DERECHO Y ECONOM.A EN EL SECTOR LÁCTEO URUGUAYO

Do Professor, Francisco de Le.n Luzardo, da Faculdade de Direito da Universidad de la Republica de Uruguay, que analisa as normas jurídicas , a estrutura da propriedade, o monopólio e a eficiência no setor lácteo uruguaio.

A REPRESS.O CONTRA O ABUSO DO PODER ECON.MICO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA COM O ENFOQUE NO COMBATE AOS CARTEIS

Dos professores,Paulo Marcio Reis Santos, Antonio Marcos Nohmi, professores da FUMEC, que, analisam a importância do Tribunal de Justiça da União Europeia no combate aos carteis.

A TEORIA DO PATRIM.NIO M.NIMO VERSUS O SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE JURÍDICO ECONÔMICA SOBRE O ACESSO A BENS E A SERVIÇOS NO MERCADO

É uma coautoria de Ivan Guimarães Pompeu, doutorando da UFMG e Renata Guimarães Pompeu, professora Doutora da UFMG e analisa o consumo de bens e a tensão entre a teoria do Patrimônio Mínimo e o realidade do superendividamento.

A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO PARA A ECONOMIA VERDE.

É uma coautoria de Maria Virgínia Faro Eloy Dund, doutoranda em direito pela UNICAP e Arthur Felipe Costa Ferreira Neri, professor da DEVRY e do IESP, analisam, no artigo, a a utilização da tributação ambiental e contribuição desse instrumento para a proteção do meio ambietne no Brasil.

AS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO TIPO IDEAL WEBERIANO

O Professor Doutor Oksandro Osdival Gonçalves, Coordenador do Programa de Pós-graduação da PUC/PR, juntamente com José Maria Ramos, doutorando na PUC/PR, apresentam o artigo, que, sob a ótica do tipo ideal weberiano, analisa as alterações no papel do Estado no processo de intervenção no domínio econômico, a partir da institucionalização das agencias reguladoras.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: A PERCEPÇÃO POPULAR DE SUAS NUANCES JUS ECONOMICAS

Os professores, Diogo Rafael de Arruda, professor da Faculdade JK no Distrito Federal, e Benjamin Miranda Tabak, Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília. apresentam o artigo , que analisa as repercussões juseconômicas da Contribuição de Melhoria.

EL CUPO DE RESERVA AMBIENTAL Y LOS MERCADOS VERDES COMO ALTERNATIVA SOSTENIBLE A LA PRODUCCIÓN EXTENSIVA DE GANADO

O artigo em que Heron José de Santana Gordilho, coordenador do PPGD/UFBA, juntamente com Raissa Pimentel Silva, doutoranda em direito no PPGD/UFBA, examinam a cota de reserva ambiental como alternativa à pecuária extensiva e instrumento econômico de incentivo da conservação das florestas, com vistas à redução das emissões de Gases de Efeito Estufa.

DESENVOLVENDO CIDADE EDUCADORA E SUSTENTÁVEL: EDUCOMUNICÃO SOCIOAMBIENTAL E O CONSUMO RESPONSAVEL DOS ALIMENTOS

Aparecida Luzia Alzira Zuin, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), em coautoria com Sebastião Pinto, Professor Doutor da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), analisam, em uma perspectiva interdisciplinar entre Direito, Educação, Comunicação e Economia, o desenvolvimento sustentável e a produção e do consumo sustentável dos alimentos, à luz da Lei Orgânica da Segurança Alimentar (Lei Federal n. 11.345/2006).

DESENVOLVIMENTO CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE: REFLEXÕES A LUZ DOS ENSINAMENTOS DE AMARTYA SEN

Emília Paranhos Santos Marcelino, Professora da Universidade Federal de Campina Grande /PB, juntamente com Erica Veloso Magalhães, mestranda pelo Centro Universitário de Joào Pessoa (UNIPE), , que analisa o desenvolvimento econômico brasileiro, a partir dos índices trazidos pela CEPAL, as metas estabelecidas pela OXFAM e os ensinamentos de Amatya Sen.

MATRIZ INSTITUCIONAL E SUAS IMPLICA..ES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

De autoria do Prof.Liton Lanes Pilau Sobrinho

Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo e a Professora Thami Covatti Piaia

Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, mestrado e doutorado em Direito da URI - Santo Ângelo/RS.

O artigo tem como objetivo analisar questões relacionadas as instituições, organizações, arquitetura da rede, cidadania insurgente e os direitos do cidadão usuário cosumidor e suas transformações na sociedade de consumo no Brasil.

POPULISMO TARIFARIO BRASILEIRO E DESENVOLVIMENTISMO REINVENTADO

Carlos Augusto Dos Santos Nascimento Martins, Sandra Mara Maciel de Lima

De que forma a matriz econômica de caráter populista desenvolvimentista afeta o crescimento orgânico das economias Latino Americanas.

* Proposta: Abordar as políticas econômicas baseadas na ideologia populista com a adoção do conceito de estado passível.

POLÍTICA ECONÔMICA E INTERVENÇÃO ESTATAL: ALGUMAS VARIÁVEIS DA TEORÍTICA DO DIREITO ECONÔMICO COMO INSTRUMENTO FACTÍVEL DO DESENVOLVIMENTO

Autores: Felipe Guimarães de Oliveira e Ana Elizabeth Reymão.

O trabalho se propões a investigar se a teoria do Direito Econômico pode fornecer mecanismos capazes de revestir a tomada de decisão do Estado por meio de políticas econômicas favorecebdo o desenvolvimento nacional justo e equilibrado.

ENERGIAS RENOVÁVEIS, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES EMERGENTES.

De autoria da Profª. Patrícia Aguiar: Especialista em Direito Público; Profª. de Direito Administrativo e Previdenciário da Faculdade de Salvará; Mestranda em Direito Ambiental na Escola Superior Dom Heder Câmara da Linha de Pesquisa de Direito Ambienteal e Desenvolvimento Sustentável e Prof. Sébastien Kiwonghi Bizawu: Mestre e Doutor em Direito Internacional pela PUCMG; Prof. De Direito Internacional Público e Privado na Escola Superior Dom Helder Câmara; Prof. De Metodologia de Pesquisa no Curso de Mestrado Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Dom Helder Câmara. OArtigo: Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Perspectivas para os Países Emergente.

Objetivo: Comprovar a modificação do mapa de investimentos nas fontes de energia renovável, com o deslocamento dos países desenvolvidos para as nações emergentes.

PROGRAMA “COMPLIANCE” SOCIOAMBIENTAL PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS: POSSIBILIDADE JURÍDICA DESTE INSTRUMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE PELO CAPITALISMO HUMANISTA.

De coautoria de Anderson Nogueira Oliveira, Doutorando em Direito Econômico da PUC-SP e Tiago Antunes Rezende, Mestrando em Direito pela UNINOVE. O trabalho analisa a visão fraterna do Welfare State aplicada ao Direito Econômico. Assim, denominamos capitalismo humanista como a efetivação da Tripé da sustentabilidade pelo mercado empresarial. Diante disso, como solução jurídica apresenta-se os programas compliance de caráter ambiental e social como uma consciência socioambiental das empresas.

INCENTÍVOS FISCAIS PARA PRODUTOS NANOTECNOLÓGICOS E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR SOB A PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

De coautoria de Rudinei José Ortigara: Mestrando em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. PUC/PR; Prof. Na FAE Centro Universitário, em Curitiba/ Paraná.

Antônio Carlos Efing: Doutor e Prof. Do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC /PR. O desenvolvimento nanotecnológico é visto como estratégico para vários agentes econômicos e para vários países. Neste sentido, o Brasil, a partir da década de 2000, elencou dentro da política de desenvolvimento nacional, o incentivo tecnológico potencializador do desenvolvimento. Dentro da questão tecnológica está a questão de desenvolvimento de nanotecnologias. Neste sentido, o Estado buscou desenvolver incentivos nesta área, a exemplo da Lei 10.973/2004. O objetivo do artigo é analisar as consequências dos incentivos fiscais para produtos nanotecnológios no desenvolvimento sustentável e socioambiental. Destaca-se que os incentivos deverão ser concedidos somente se forem potencializadores da proteção de valores constitucionais, a exemplo da proteção ambietal e sobretudo, do consumidor que é naturalmente o mais vulnerável no mercado de consumo.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UNIVALI

Prof. Francisco de Léon Luzardo - UDELAR

MATRIZ INSTITUCIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

INSTITUTIONAL MATRIX AND IMPLICATIONS ABOUT THE DEVELOPMENT OF COUNTRIES

Thami Covatti Piaia [1]
Liton Lanes Pilau Sobrinho [2]

Resumo

O presente trabalho, se propõe a analisar conceitos e aspectos relacionados à Matriz Institucional e suas implicações para o desenvolvimento dos países. No decorrer do trabalho, igualmente, desenha-se um paralelo entre instituições extrativas e inclusivas, e, como as right institutions, podem ser determinantes para o desenvolvimentos dos países. O trabalho defende que nenhum arranjo institucional pode ser definido como ótimo, pois eles são frutos de contingências culturais, políticas e econômicas típicas de cada país. Contudo, as instituições, por não serem neutras, podem proporcionar explicações sobre trajetórias específicas de desenvolvimento ou de estagnação.

Palavras-chave: Instituições, Matriz institucional, Desenvolvimento

Abstract/Resumen/Résumé

This work aims to analyze concepts and aspects related to Institutional Matrix and its implications for developing countries. During the work also draws a parallel between extractive and inclusive institutions, and as the right institutions, can be decisive for the development of countries . The paper argues that any institutional arrangement can be set as great as they are the result of cultural contingencies typical political and economic conditions of each country. However, the institutions, for not being neutral, can provide explanations on specific paths of development or stagnation.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Institutions, Institucional matrix, Development

[1] Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo/RS.

[2] Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor na UPF e na UNIVALI.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, embasado em estudos da Análise Econômica do Direito, tem como principal referencial teórico, Douglass North, economista laureado com o Prêmio Nobel em 1993. North é institucionalista, pertencente à Nova Economia Institucional (NEI), cujo objetivo é explicar o que são instituições, como elas surgem, a que propósitos elas servem, como elas se modificam e como – se tanto – elas devem ser reformadas. (KLEIN, 2000, p. 456)

As instituições foram projetadas pelos humanos para criar ordem e reduzir a incerteza nas transações. Elas se desenvolveram de maneira incremental, conectando o passado ao presente e ao futuro. Em consequência disso, a história é amplamente uma história de mudança institucional em que o desempenho histórico das economias pode apenas ser compreendido enquanto parte de uma história sequencial. (HÄMÄLÄINEN, 2003, p. 154)

As instituições não são neutras e podem proporcionar explicações sobre trajetórias específicas. Assim, uma dada estrutura política e institucional induz à formação de uma lógica de mercado que orienta e dirige a trajetória de crescimento. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 16)

As instituições fornecem a estrutura de incentivos de uma economia. À medida que essa estrutura evolui, ela molda a direção das mudanças na economia no sentido do crescimento, estagnação, ou declínio. (NORTH, 1990, p. 153). O papel das instituições é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade.

No entanto, nenhum arranjo institucional pode ser definido como ótimo, pois eles são frutos de contingências culturais e políticas típicas de cada país. Em alguns países as instituições se desenvolveram de forma a favorecer o progresso econômico, enquanto em outros países não. (TIGRE, 1998, p. 92)

Nas próximas linhas, traremos análises e considerações, sobre instituições, organizações, matriz institucional, mudanças institucionais e *path dependence*, conceitos estes, inter-relacionados, assim como, suas implicações para o desenvolvimento ou estagnação dos países.

2. INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES: ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

As instituições são invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo. (NORTH, 1990, p. 03). Elas consistem em regras formais, como constituições, leis, direitos de propriedade, em restrições informais, tais quais

sanções, tabus, costumes,[1] tradições e códigos de conduta e no *enforcement*.[2]

A jurista e pesquisadora de Analise Econômica do Direito Rachel Sztajn, percebendo a importância do tema, conceitua instituições como sendo:

> Palavra polissêmica, instituições, do étimo latino *institution*, de *instituire*, significa tanto o ato ou efeito de instituir, criar, fundar estabelecer alguma coisa duradoura, quanto organizar, ordenar. Também é empregada para indicar costumes ou estruturas sociais que modelam práticas aceitáveis e respeitadas em determinada comunidade ou núcleo social. (2005. p. 228)

A diferença básica entre instituições formais e informais é que as primeiras são produtos de processo de escolha deliberada dos atores. Esse processo de escolha pode ser de vários tipos, mas é sempre possível reconhecê-lo quando se trata de mudança institucional formal. No caso da instituição informal, é, em geral, difícil identificar seu surgimento, porque são difusas, são encontradas no dia a dia do comportamento social dos indivíduos e a ele incorporadas por meio de processos muitas vezes não percebidos. (SZTAJN, 2005, p. 237)

Instituições formais e informais se complementam na criação de resultados econômicos, e um projeto de regras formais eficientes deve levar em consideração a interação entre as regras formais e as informais existentes. (EGGERTSSON, 1996, p. 22). Ambas, juntas, limitam a atuação dos indivíduos e dos entes sociais.

Quase tudo - pelo menos uma parte muito grande do comportamento econômico e muitos tipos de atividades e processos econômicos - podem ser incluídos sob o conceito de instituições. Não admira que as instituições sejam tão importantes! (EDQUIST; JOHNSON , 1997, p. 47)

As instituições importam? A resposta para a pergunta de Douglass North é afirmativa. Sim, as instituições importam. As instituições são as limitações que os seres humanos impõem à interação humana. Essas limitações, juntamente com as limitações-padrão da economia, definem o conjunto de oportunidades. Para North (1981), as instituições importam porque a mudança institucional assume um papel mais importante que as mudanças tecnológicas e o desempenho econômico dos países está diretamente relacionados às mudanças institucionais.

---

[1] O primeiro passo para a criação de uma instituição advém dos costumes que são de propriedade da cultura de cada sociedade. Essa tradição cultural é que garante a existência de qualquer instituição.

[2] O *enforcement* refere-se às garantias da execução no tocante às possibilidades de que as regras previstas venham a ser efetivamente cumpridas.

[2] O *enforcement* refere-se às garantias da execução no tocante às possibilidades de que as regras previstas venham a ser efetivamente cumpridas.

North entende que:

> Quando os economistas falam sobre sua disciplina como uma teoria das escolhas e sobre o menu de escolhas que é determinado pelas oportunidades e preferências, eles simplesmente deixam de fora que é o quadro institucional que restringe os conjuntos de escolhas das pessoas. Com efeito, as instituições são o filtro entre os indivíduos e o estoque de capitais e entre o estoque de capitais e a produção de bens e serviços e a distribuição de renda. (1981, p. 201)

As instituições agem como filtros não somente entre os indivíduos e o estoque de capitais, mas também entre o estoque de capitais e o desempenho da economia. Elas determinam o produto do sistema, assim como a distribuição de renda. Como filtros, elas são inerentemente conservadoras, uma vez que elas fornecem a estabilidade da sociedade e, assim, a segurança da renda dos atores principais. (NORTH, 1981, p. 207)

As instituições são os conjuntos de regras, procedimentos de conformidade e normas éticas e morais de comportamento, projetadas para limitar o comportamento dos indivíduos, com o interesse de maximizar a riqueza ou a utilidade dos agentes principais. (NORTH, 1981, p. 201-202)

Conforme Matthews (1986, p. 903), a economia das instituições tornou-se uma das áreas mais vivas de nossa disciplina (economia). E um corpo de pensamento evoluiu com base em duas proposições: instituições importam e os fatores determinantes das instituições são suscetíveis de análise pelas ferramentas da teoria econômica.

Nelson (2008. p. 07) concorda fortemente com os economistas e outros cientistas sociais que argumentam que as instituições evoluem em vez de serem em grande parte apenas planejadas. Ele também argumenta que as crenças sobre o que é possível e o que é necessário, muitas vezes, desempenham um papel importante na evolução das instituições. Propósitos humanos e as crenças humanas desempenham um papel importante tanto na geração de alternativas institucionais em que a seleção funciona como em determinar o que sobrevive e o que não funciona. Sob uma perspectiva evolucionária são igualmente decisivos a importância do processo de inovação tecnológica, a busca de conhecimento vinculado à mudança tecnológica e o reconhecimento do papel das organizações. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 04)

As instituições conectam o passado ao presente e ao futuro de forma que a História é amplamente uma história incremental de evolução institucional em que o desempenho histórico das economias pode apenas ser compreendido como parte de uma história

sequencial. E elas são a chave para entender a inter-relação entre a política e a economia e as consequências dessa inter-relação para o crescimento econômico. (NORTH, 1990, p. 118)

A pesar de tudo, ainda há alguma confusão básica sobre o conceito central de instituições. Como bem enfatiza Williamnson (2000, p. 595): a confissão é que nos ainda somos muito ignorantes sobre instituições.

Afinal, o que são instituições? A resposta completamente satisfatória para esta questão ainda não existe. O conceito apropriado parece depender do que se quer fazer com ele, isto é, como está sendo analisado. (DEQUECH, 2005, p. 465)

Douglass North entende que:

> As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, as limitações criadas pelos humanos, que moldam as interações humanas. Em consequência, elas estruturam os incentivos às transações humanas, sejam estas políticas, sociais, ou econômicas. Mudanças institucionais definem a forma com que as sociedades evoluem ao longo do tempo, portanto são a chave para entender as mudanças históricas. (1990, p. 03)

Assim, se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os jogadores. Elas acarretam diferentes modelagens para entender a forma com que operam e interagem umas com as outras. (NORTH, 2005, p. 62). Modelar as instituições é modelar as limitações criadas pelo homem na interação humana, que definem a estrutura de investimentos da sociedade. Modelar as organizações é teorizar sobre a estrutura, governança e políticas das entidades sociais propositadas. (NORTH, 1990, p. 63)

Originalmente, as organizações surgem do *framework* institucional de uma sociedade num momento do tempo. Daí por diante, passam a interagir com outras organizações, com as próprias instituições e com as tradicionais restrições da teoria econômica. Dessa interação resulta a *economic performance* das diversas sociedades, bem como sua evolução institucional. (GALA, 2003, p. 101)

As organizações influenciam as instituições e são influenciadas pelas instituições. Enquanto regras do jogo, as instituições de um povo fornecem e delimitam as possibilidades de organização econômica, pois as instituições reduzem as incertezas fornecendo uma estrutura para a vida cotidiana. (NORTH, 1990, p. 03) A economia tanto informa como é informada pelo Direito e pelas organizações. (WILLIAMSON , 1996, p. 98)

As diferentes formas de organizações, enquanto jogadores são orientados a satisfazer necessidades humanas no maior grau possível, dados os limites e as possibilidades organizacionais fornecidas pelas instituições. (NORTH, 1990, p. 04). À medida que se

desenvolvem novas formas de organizações, elas pressionam as instituições a se adaptarem. Quanto mais adaptáveis forem as instituições às novas formas de organizações (sem perder de vista, aqui, a necessidade de se manter a previsibilidade das regras do jogo) maiores serão as possibilidades de as organizações desempenharem sua função de satisfazer necessidades sociais. (NORTH , 1994, p. 307)

As instituições fornecem o quadro geral em que os seres humanos interagem. Elas estabelecem as relações cooperativas e competitivas que constituem uma sociedade e, mais especificamente, uma ordem econômica. As organizações consistem em grupos de indivíduos unidos por alguns objetivos em comum. (NORTH, 1990, p. 59)

As organizações incluem órgãos políticos como partidos políticos, o Senado, um conselho municipal, uma agência reguladora, órgãos econômicos, como firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas e órgãos educacionais como escolas, universidades, centros de educação profissional. Elas são grupos de indivíduos unidos por algum propósito comum de atingir objetivos. Modelar organizações é analisar estruturas de governança, habilidades, e como aprender fazendo irá determinar o sucesso da organização ao longo do tempo. Tanto quais organizações vêm a existir quanto como elas evoluem são questões influenciadas fundamentalmente pelo quadro institucional. Em retorno, elas influenciam a evolução do quadro institucional. (NORTH, 1990, p. 05)

As organizações são criadas com intenções propositadas como consequência do conjunto de oportunidades resultante do conjunto existente de limitações, tanto as institucionais quanto as tradicionais da teoria econômica, e, no curso das tentativas para alcançar seus objetivos, são importantes agentes da mudança institucional. (NORTH, 1990, p. 05)

As organizações têm sua razão de ser no conjunto de oportunidades estabelecidas pela Matriz Institucional; a direção da sua evolução corresponde aos incentivos existentes na Matriz Institucional. O termo organizações refere-se a um conjunto de atores que cooperam ou agem em conjunto. Os jogadores são as organizações e as instituições são o próprio jogo. (EGGERTSSON, 1996, p. 09)

3. MATRIZ INSTITUCIONAL, MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E A QUESTÃO DA *PATH DEPENDENCE*

A Matriz Institucional resultante impõe severas limitações ao conjunto de escolhas dos empreendedores quando estes buscam inovar ou modificar as instituições de forma a melhorar suas posições políticas ou econômicas. (NORTH, 2005, p. 02)

A Matriz Institucional consiste em uma rede interdependente de instituições e consequentes organizações políticas e econômicas que são caracterizadas por lucros massivos crescentes. Ou seja, as organizações devem sua existência às oportunidades viabilizadas pelo quadro institucional. Ao longo do tempo, as crenças dominantes – aquelas dos empreendedores políticos e econômicos em posição de fazer as políticas – resultam na criação de uma elaborada estrutura de instituições formais e informais que determina o desempenho econômico e político.

O quadro institucional irá definir a direção da aquisição de conhecimento e habilidades, e essa direção será o fator decisivo para o desenvolvimento dessa sociedade a longo prazo. Se a empresa ou outra organização econômica investe em conhecimento, isso aumenta a produtividade dos insumos físicos ou de capital humano ou melhora o conhecimento tácito dos empreendedores, de forma que o aumento resultante na produtividade também é consistente com o crescimento da economia. (NORTH, 1990, p. 78)

Por sua vez, a estrutura institucional, em qualquer momento, tem um efeito profundo sobre as tecnologias que estão em uso, e que estão sendo desenvolvidas. (NELSON; WINTER, 2002, p. 22). A estrutura institucional age como um reflexo. Enquanto estrutura de incentivos das sociedades, as instituições produzem diversos induzimentos para investir, expandir e aplicar esse conhecimento crescente nos problemas da sociedade humana. (NORTH, 2005, p. 43)

A Matriz Institucional consiste em uma rede interdependente de instituições e organizações políticas e econômicas que são caracterizadas por um massivo aumento de retornos. As organizações fundamentam sua existência para as oportunidades que provêm de um sistema institucional. As oportunidades oferecidas pela Matriz Institucional determinam os tipos de organizações que virão a existir. (NORTH, 2005, p. I)

As características da Matriz Institucional, tanto as regras formais quanto informais demonstradas em atitudes e valores, podem produzir um meio político e econômico que premie as atividades produtivas e organizações desenvolvendo atitudes e conhecimentos. As estruturas institucionais nacionais são resultantes do processo histórico de desenvolvimento industrial e da modernização política, o que está diretamente associado à argumentação evolucionária das trajetórias tecnológicas, que levam em conta fatores essenciais como o processo de difusão da informação e o de geração de novas ideias. (CONCEIÇÃO, 2003, p.

16)

Da Matriz Institucional, deriva o corpo de conhecimentos necessários para a atividade econômica. O que tem caracterizado as economias dos países em desenvolvimento e o seu atraso é justamente a falta de incentivos para se gerar conhecimento e, ao mesmo tempo, invertê-lo em conhecimento produtivo. O termo atrasado refere-se a um processo contínuo de adaptação recíproca entre necessidades, atividades e ambientes. Assim a ideia de atraso comporta inevitavelmente um confronto entre os diversos graus de sucesso nessa luta econômica; certas coletividades são menos bem-sucedidas nisso, são atrasadas em comparação com outras mais proficientes. (BELTRÃO, 2008, p. 07)

Nelson questiona: como as instituições de um país são o que são? Em que medida pode uma reforma institucional salutar ser objeto de análise deliberada, planejamento e implementação? (NELSON, 2008, p. 07). Os países diferem em seu sucesso econômico por causa de suas diferentes instituições, as regras que influenciam a forma como a economia funciona e os incentivos que motivam as pessoas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 73)

Avner Greif (1998, p. 92) acredita que as questões mais fundamentais sobre as instituições são: por que algumas sociedades evoluem ao longo de suas distintas trajetórias institucionais? Por que as sociedades falham ao tentar adotar a estrutura institucional das mais bem-sucedidas? Como nós podemos examinar as inter-relações entre os aspectos informais e implícitos das instituições de uma sociedade por um lado e seus aspectos explícitos e formais por outro? A resposta estaria na *Historical and Comparative Institutional Analysis* (*HCIA*). Uma Análise Institucional Histórica e Comparativa sobre os sistemas adotados por cada país e o método empírico utilizado, o *HCIA* explora a possibilidade que uma mudança institucional também reflete os limites sobre racionalidade, cognição, conhecimento e incentivos para mudanças institucionais e que as inovações adotadas e mudanças institucionais implicam sobre as instituições já existentes. Não é somente o tipo de instituição que gerará um sistema em particular, mas a coexistência de uma série de instituições, seu padrão de interação e a retroalimentação que receberão de seu entorno. (NIOSI , 1993, p. 218-219)

Seguindo a compreensão de Acemoglu e Robinson:

> A razão mais comum pela qual as nações falham atualmente é porque elas têm instituições extrativas. Instituições extrativas pavimentam o caminho para a falência completa do Estado, destruindo não só a lei e a ordem mas também os incentivos econômicos mais básicos. O resultado é a estagnação econômica. (2012, p. 368-369)

Instituições políticas e econômicas, que são em última análise as escolhas da sociedade, podem ser inclusivas e incentivar o crescimento econômico. Ou podem ser extrativas e tornar-se empecilhos ao crescimento econômico. As nações falham quando elas têm instituições econômicas extrativas, apoiadas por instituições políticas extrativas que impedem e até mesmo bloqueiam o crescimento econômico.

Os países se tornam Estados falhos não por causa de sua geografia ou sua cultura, mas por causa do legado das instituições extrativas, que concentram poder e riqueza nas mãos daqueles que controlam o Estado, abrindo o caminho para a agitação, o conflito e a guerra civil. As instituições extrativas também contribuem diretamente para a gradual falência do Estado por negligenciar o investimento nos serviços públicos mais básicos. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 368-369).

O segredo para atingir o crescimento está na construção de uma Matriz que estimule a acumulação de capital físico e humano. A grande distância observada ainda hoje entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre Matrizes Institucionais do que em problemas de acesso a tecnologias. Sociedades pobres encontram-se nessa situação justamente por não terem desenvolvido uma base de regras, leis e costumes capazes de estimular atividades economicamente produtivas, especificamente acumulação de capital e de conhecimento. (GALA, 2003, p. 93).

De acordo com Douglass North, em seu livro Instituições, Mudança Institucional e Performance Econômica (1990), a causa da pobreza de uma nação, tanto relativa quanto absoluta, está no fato de esta ser vítima de uma estrutura institucional que não promove o crescimento. Do marco institucional derivam as classes de conhecimentos, destreza e aprendizado que requerem os membros de uma organização para atuarem eficientemente. Isto quer dizer que as limitações institucionais específicas ditam as margens conforme as quais operam as organizações e, por conseguinte, fazem inteligíveis as relações internas entre as regras do jogo e a conduta dos atores. Desde o início da década de noventa, North enfatizou a importância das *right institutions* como explicação central para o progresso econômico.

As nações falham economicamente por causa das instituições extrativas. Essas instituições mantêm pobres os países pobres e impedem-nos de embarcarem em uma trajetória para o crescimento econômico. A base dessas instituições é uma elite que projeta instituições econômicas de forma a enriquecer-se e perpetuar o seu poder à custa da grande maioria das pessoas na sociedade. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 398)

A razão pela qual essas instituições extrativas persistem está sempre relacionada com o círculo vicioso, e as implicações dessas instituições em termos de empobrecer os seus

cidadãos são semelhantes – mesmo que a sua intensidade difira. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 399). As instituições políticas extrativas têm criado instituições econômicas extrativas, transferindo riqueza e poder, exclusivamente para as elites.

Diferenças institucionais desempenham um papel crítico na explicação do crescimento econômico ao longo dos tempos. Mas se a maioria das sociedades da História se baseia em instituições políticas e econômicas extrativas, isso implica que o crescimento nunca ocorre? Obviamente que não. Instituições extrativas, pela sua própria lógica, devem criar riqueza de forma que esta possa ser extraída. Um governante que monopolize o poder político e esteja no controle de um Estado centralizado pode introduzir algum grau de lei e ordem e um sistema de regras, e estimular a atividade econômica. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 124)

Mas o crescimento sob instituições extrativas difere em sua natureza do crescimento trazido pelas instituições inclusivas. Mais importante, esse não será um crescimento sustentado que requer mudança tecnológica, e sim um crescimento baseado em tecnologias já existentes. A trajetória econômica da União Soviética fornece uma vívida ilustração de como a autoridade e os incentivos proporcionados pelo Estado podem liderar um crescimento econômico rápido sob instituições extrativas, e como este tipo de crescimento finalmente chega ao fim e entra em colapso. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 124)

As instituições extrativas são muito comuns na História porque elas têm uma lógica poderosa: elas podem gerar alguma prosperidade limitada e simultaneamente distribuí-la nas mãos de uma pequena elite. Para que este crescimento aconteça, deve haver centralização política. Uma vez neste plano, o Estado - ou a elite controlando o Estado - normalmente tem incentivos para investir e gerar riqueza, incentivar outras pessoas a investir, imitar alguns dos processos que normalmente seriam colocados em movimento por instituições econômicas e mercados inclusivos. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 149)

As nações falham atualmente porque as suas instituições econômicas extrativas não criam os incentivos necessários para que as pessoas poupem, invistam e inovem. As instituições políticas extrativas apoiam estas instituições econômicas ao consolidar o poder daqueles que se beneficiam da extração. Instituições econômicas e políticas extrativas, ainda que variem em seus detalhes em diferentes circunstâncias, são sempre a raiz dessa falência. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 150)

A solução para a falência econômica e política das nações atualmente é transformar suas instituições extrativas em inclusivas. O círculo vicioso mostra que isto não é fácil. Mas não é impossível. Tanto alguns elementos inclusivos preexistentes nas instituições quanto a presença de coalizões amplas que levem à luta contra o regime existente, ou mesmo a

natureza contingente da História, podem quebrar o círculo vicioso. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 402)

Ainda que as instituições econômicas sejam essenciais para determinar se um país será pobre ou próspero, são a política e as instituições políticas que determinam quais instituições econômicas um país terá. Instituições econômicas inclusivas fomentam a atividade econômica, o crescimento da produtividade e a prosperidade econômica. A garantia dos direitos de propriedade privada é fundamental, uma vez que apenas aqueles com tais direitos estarão dispostos a investir e aumentar a produtividade. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 43)

As instituições econômicas inclusivas também pavimentam o caminho para dois outros motores da prosperidade: tecnologia e educação. O crescimento econômico sustentado é quase sempre acompanhado por melhorias tecnológicas que capacitam pessoas (força de trabalho), terras e capital existente (edifícios, máquinas existentes, e assim por diante) a se tornarem mais produtivos. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 75)

Isso significa que a escolha das instituições - isto é, a política de instituições - é central para a nossa busca em compreender as razões para o sucesso e o fracasso das nações. Temos que entender por que a política de algumas sociedades leva a instituições inclusivas que promovem o crescimento econômico, ao passo que a política da imensa maioria das sociedades ao longo da História levou, e leva ainda hoje, a instituições extrativas que dificultam o crescimento econômico.

Compreender como a História e as conjunturas críticas moldam a trajetória das instituições econômicas e políticas nos capacita a ter uma teoria mais completa das origens das diferenças em relação à pobreza e à prosperidade. Além disso, permite-nos levar em conta a situação atual e entender por que algumas nações fazem a transição para instituições econômicas e políticas inclusivas, enquanto outras não.

Houve também um *feedback* positivo dinâmico entre as instituições econômicas e políticas inclusivas que tornaram esse curso de ação atraente. As instituições econômicas inclusivas levaram ao desenvolvimento de mercados inclusivos, induzindo uma alocação mais eficiente dos recursos, maior incentivo para educação e habilidades, e mais inovações em tecnologia. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 313). As instituições políticas inclusivas apoiam e são apoiadas por instituições econômicas inclusivas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 333)

As nações desenvolvidas conseguiram desenvolver instituições inclusivas em algum momento ao longo do tempo. Essas instituições têm persistido por meio de um processo de

círculos virtuosos. Mesmo que no início sejam inclusivas apenas em um sentido limitado, e muitas vezes frágeis, elas geraram dinâmicas que criaram um processo de *feedback* positivo, aumentando gradualmente a sua inclusão.

Apesar do círculo vicioso, as instituições extrativas podem ser substituídas por outras, inclusivas. Mas isso não é automático, nem fácil. Uma confluência de fatores, em especial uma conjuntura crítica aliada a uma ampla coalizão daqueles que pressionam pela reforma ou outras instituições propícias existentes, frequentemente é necessária para que uma nação progrida rumo a instituições mais inclusivas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 427)

Instituições econômicas inclusivas que executam os direitos de propriedade, criam condições de concorrência equitativas e estimulam o investimento em novas tecnologias e habilidades, sendo mais favoráveis ao crescimento econômico do que as instituições econômicas extrativas, que são estruturadas para extrair recursos de muitos por poucos e falham ao proteger os direitos de propriedade ou fornecer incentivos para a atividade econômica. Estas tendências não implicam que as instituições econômicas e políticas extrativas sejam incompatíveis com o crescimento econômico. Pelo contrário: toda elite gostaria, sendo todo o mais constante, de encorajar o crescimento, tanto quanto possível, a fim de ter mais para extrair. Instituições extrativas que alcançaram pelo menos o grau mínimo de centralização política são frequentemente capazes de gerar uma certa quantidade de crescimento. O que é crucial, no entanto, é que o crescimento sob as instituições extrativas não será sustentado, por duas razões fundamentais: o crescimento econômico sustentado requer inovação, e a inovação não pode ser dissociada da destruição criativa, que substitui o antigo pelo novo no campo econômico e também desestabiliza as relações de poder estabelecidas na política. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 429-430)

As sinergias entre as instituições econômicas e políticas extrativas criam um círculo vicioso, em que as instituições extrativas, uma vez instaladas, tendem a persistir. Similarmente, há um círculo virtuoso associado às instituições econômicas e políticas inclusivas. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 431)

Contudo, nem o círculo vicioso nem o virtuoso são absolutos. De fato, algumas nações vivem sob instituições inclusivas hoje porque, embora as instituições extrativas tenham sido a regra na História, algumas sociedades foram capazes de quebrar o molde e fazer a transição para instituições inclusivas.

Nossa explicação para essas tradições é histórica, mas não historicamente predeterminada. Grandes mudanças institucionais, o requisito para grandes mudanças econômicas ocorrem como resultado da interação entre as instituições existentes e as

conjunturas críticas. Cada sociedade funciona como um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e executadas coletivamente pelo Estado e pelos cidadãos. As instituições econômicas moldam os incentivos econômicos: os incentivos para se educar, para poupar e investir, inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 42)

A Mudança Institucional é um processo complicado porque as mudanças marginais podem ser uma consequência das mudanças nas leis, nas limitações informais e nos tipos e efetividades das execuções. Além disso, as instituições comumente mudam incrementalmente, em vez de mudar de forma descontínua. Como e por que elas mudam incrementalmente e por que mesmo mudanças descontínuas, como revoluções e conquistas, nunca são completamente descontínuas. São resultados da incorporação das limitações informais nas sociedades. Ainda que as regras formais possam mudar da noite para o dia como resultado de decisões políticas ou judiciais, as limitações informais incorporadas nos costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais impermeáveis a políticas deliberadas. Essas limitações culturais não apenas conectam o passado ao presente e ao futuro, mas sim nos fornecem uma chave para explicar a trajetória da mudança histórica. (NORTH, 1990, p. 06)

Mudança Institucional, alterando as regras (ou diretamente por órgãos políticos ou indiretamente por organizações econômicas ou sociais pressionam organizações políticas), ou deliberadamente (e às vezes acidentalmente) alteram os tipos de eficácia da aplicação de regras ou a eficácia das sanções e outros meios de informal aplicação da restrição. (NORTH, 1990, p. 60)

As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou revigorando, um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. Ao mesmo tempo, os hábitos mentais dos homens hodiernos tendem a persistir indefinidamente, exceto quando as circunstâncias obrigam a uma mudança. Essas instituições assim herdadas, esses hábitos mentais, pontos de vista, atitudes e aptidões mentais, ou seja, lá o que for, são, portanto, um elemento conservador; e esse é um fator de inércia social, de inércia psicológica, de conservantismo. (VEBLEN, 1898, p. 388)

O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem

mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes ou dominantes de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. (VEBLEN, 1898, p. 387)

Nestes termos, para se entender o processo de desenvolvimento econômico de um país deve-se dar a devida atenção aos enquadramentos institucionais que influenciam e constrangem a ação econômica no mundo real. A cultura, os hábitos, as instituições tingem a percepção de julgamento, desempenhando, por isso, um papel fundamental nas estratégias de decisão dos agentes econômicos e, consequentemente, nas trajetórias de crescimento econômico. Sob uma perspectiva evolucionária são igualmente decisivos a importância do processo de inovação tecnológica, a busca de conhecimento vinculado à mudança tecnológica e o reconhecimento do papel das organizações. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 04)

Para que ocorra uma mudança institucional há que ocorrer algum tipo de fenômeno inesperado oriundo de uma grande crise, ou algo que acarrete uma insuficiência de capacitação para cumprir com a resolução dos novos problemas, que demandem constante revigoramento técnico e político. Deve haver, então, necessariamente, mudanças nas instituições existentes. E o processo de reformas é inerentemente conflituoso, refletindo-se não apenas em âmbito econômico.

Neste sentido, uma Matriz Institucional que estimule a competição e a tomada descentralizada de decisões, que também especifique mediante contratos bem definidos os direitos de propriedades, que sejam executáveis de maneira clara e fácil, são fundamentais para o surgimento de organizações eficazes.

Conceição afirma:

> A história importa, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas, o processo de crescimento é contínuo e tem profundas raízes históricas. Por esta razão, pensar crescimento implica também pensar instituições, uma vez que a viabilização do primeiro é impossível sem um adequado e compatível aparato institucional e social. É disto que se ocupa a moderna tradição institucionalista. (2003, p. 04)

Assim, tendo em vista a observação de que a história importa, *i.e*., de que o legado do passado condiciona o futuro, o conceito de dependência da trajetória (*path dependence)*[3] é

[3] Termo usado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. A ideia de *path dependence* foi desenvolvida inicialmente pelos trabalhos de Paul David e Brian Arthur. Ver em: ARTHUR, W. B. **Increasing Returns and Path Dependence in the Economy**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais. (KAY, 2005, p. 255).

Em sentido amplo, a *path dependence* significa que a consequência ou decisão é formada de maneira específica e sistemática pelo traçado histórico que o antecede. Isto implica, em outras palavras, a causa relacional entre estágios de uma sequência temporal, na qual cada estágio influencia fortemente a direção do próximo estágio. (HATHAWAY, 2003, p. 103-104)

Mahoney, acredita que a instituição que é inicialmente favorecida estabelece um padrão de legitimidade; essa instituição é reproduzida porque é vista como legítima; e a reprodução da instituição reforça sua legitimidade. *Path dependence* é mais do que um processo incremental de evolução institucional em que o quadro institucional de ontem fornece o conjunto de oportunidades para as organizações e indivíduos de hoje. (2000, p. 524)

A maioria dos erros fundamentais correntemente cometidos em análise econômica pode ser creditada mais à deficiência da experiência histórica do que a qualquer falha do equipamento econômico. (SCHUMPETER, 1964, p. 35). As alternativas disponíveis em um momento dependem, estão limitadas pelas instituições já existentes. A tomada de decisões é também limitada por eventos ocorridos anteriormente.

Segundo Peters (2005, p. 25), escolhas feitas quando uma instituição está sendo formada, ou quando uma política está sendo iniciada, terão uma contínua influência amplamente determinante [...] no futuro. Cada evento na sequência é tanto uma reação a eventos antecedentes quanto uma causa para eventos subsequentes. (MAHONEY, 2005, p. 135)

Nesse sentido, Douglass North ressalta que:

> *Path dependence* é um fato da História e uma das lições mais duradouras e significativas que podem ser originadas do estudo do passado. A dificuldade de alterar fundamentalmente as trajetórias é evidente, e sugere que o processo de aprendizado através do qual chegamos às instituições atuais restringe as decisões futuras. É mais do que meramente o fato de que as organizações que foram originadas a partir da matriz institucional existente devam sua sobrevivência e bem-estar a essa matriz, e que, portanto, tentarão impedir mudanças que poderiam afetar desfavoravelmente seu bem-estar. É também o fato de que o sistema de crenças subjacente à matriz institucional irá determinar a mudança radical. (2005, p. 77)

Instituições são frequentemente resistentes a mudanças: elas cristalizam rotinas em sua estrutura, desenvolvem seu próprio critério de adequação e sucesso bem como arranjos de

existência social. (HATHAWAY, op. cit., p. 140)

É disto que se ocupa a moderna tradição institucionalista: a história importa, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas, o processo de crescimento é contínuo e tem profundas raízes históricas. Por esta razão, pensar crescimento implica também pensar instituições, uma vez que a viabilização do primeiro é impossível sem um adequado e compatível aparato institucional e social. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 02)

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho, teve como objetivo principal, conceitualizar instituições, - formais, informais e às relacionadas ao *enforcement*, assim como, analisar as organizações, as mudanças institucionais e a *path dependence*, e, a partir disso, contextualizar como esses fatores, que se inter-relacionam e se complementam, poderiam formar uma Matriz Institucional apta a gerar um ambiente propício para o desenvolvimento dos países.

Em contrapartida, alguns países não conseguem produzir uma Matriz Institucional apta a gerar desenvolvimento, criando um ambiente de incertezas e estagnação política, social, tecnológica e econômica, nos levando ao seguinte questionamento: por que algumas nações fracassam e outras se desenvolvem?

A resposta, trazida no texto, justifica a situação, alegando que a razão para existirem países mais desenvolvidos, estaria na Matriz Institucional de cada lugar. Matrizes Institucionais formadas por boas instituições, inclusivas, que evoluam, se adaptando às novas realidades, e interagindo com organizações capazes e independentes, formariam um arcabouço institucional distinto, apto a gerar desenvolvimento e mudanças institucionais positivas. Assim seriam, as *right institutions!*

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail**: the origins of power, prosperity and poverty. New York: Crown Publishers, 2012.

BELTRÃO, P. C. **Sociologia do Desenvolvimento**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Elementos para uma Teorização Apreciativa Institucionalista do Crescimento Econômico: uma comparação das abordagens de North, Matthews e Zysman. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A38.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

DEQUECH, D. Institutions: a concept for a theory of conformity and innovation. **Journal of Economic Issues**, Cambridge. v. 39, n. 2, p. 465-473, 2005.

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and Organizations in System of Innovation. In: EDQUIST, C. **System of Innovation**: technologies, institutions and organizations. London: Printer, 1997.

EGGERTSSON, Thráinn. A Note on the Economic Instiution. In: ALSTON, Lee J.; EGGERTSSON, Thráinn; NORTH, Douglass C. **Empirical Studies in Institutional Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 89-105, abr./jun. 2003.

GREIF, A. Historical and Comparative Institutional Analysis. **The American Economic Review**, Palo Alto, v. 88, n. 2 May 1998. [Papers and Proceedings of the Hundred and Tenth Annual Meeting of the American Economic Association. p. 80-84]. 1998.

HÄMÄLÄINEN, T. J. **National Competitiveness and Economic Growth**: the changing determinants of economic performance in the world economy. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

HATHAWAY, Oona A. Path Dependence in the Law: the course and pattern of legal change in a common Law system. **Law, Economics, and Public Policy Working Papers**, Paper 270, p. 100-165, 2003.

KAY, A. A Critique of the Use of Path Dependency in Policy Studies. **Public Administration**, v. 83, n. 3, p. 553-571, 2005.

KLEIN, Peter G. New Institutional Economics. In: BOUCKAERT, B.; GEEST, G. de. **Encyclopedia of Law and Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 456-489. 2000.

MAHONEY, J. Path Dependence in Historical Sociology. **Theory and Society**, v. 29, p. 507-548. 2000.

MAHONEY, J. Analyzing Path Dependence: lessons from the social sciences. In: WIMMER, A.; KÖSSLER, R. (Ed.). **Understanding Change***:* models, methodologies, and metaphors. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 129-139. 2006.

MATTHEWS, R. C. O. The Economics of Institutions and the Sources of Growth. **The Economic Journal**, v. 96, n. 384, p. 903-918, Dec, 1986.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Evolutionary Theorizing in Economics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 16, n. 2, p. 23-46, 2002.

NELSON, R. R. What Enables Rapid Economic Progress: what are the needed institutions? **Research Policy**, New York, v. 37, p. 01-11, 2008.

NIOSI, J. National Systems of Innovation: in search of a Workable Concept. **Technology in Society**, v. 15, p. 207-227, 1993.

NORTH, Douglass C. **Structure and Change in Economic History**. Washington: Library of Congress, 1981.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, Princeton, 2005.

PETERS, 1999, p. 63 apud GAINS, F.; JOHN, P. C.; STOKER, G. Path Dependency and the Reform of English Local Government. **Public Administration**, v. 83, n. 1, p. 25-45, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança, 1964.

SZTAJN, Rachel.; AGUIRRE, B. Mudanças Institucionais. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (Org.) **Direito e Economia**: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 228-243. 2005.

TIGRE, P. B. Inovação e Teorias da Firma em três Paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 3, p. 67-111, jan./jun. 1998.

WILLIAMSON, O. E. **Revisiting Legal Realism**: the law, economics and organization perspective, p. 198. 1996.

WILLIAMSON, O. E**.** The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, Berkeley, v. 38, p. 595-613, Sep. 2000.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, 1898.